

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 1974

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quielise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agilides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lólio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quielise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 75ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 22 de Maio de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, Secretariada pelos Senhores Deputados Muggiati Filho e Hélio Manfrinato.

As 14,00 horas, é registrada a presença, dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Álvaro Dias — Antônio Belinatti — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Netto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Xenofonte Villanova. (40) — Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Federmann — Aguiinaldo Pereira Lima — Gabriel Manoel Haroldo Bianchi — João Fadel — Maurício Fruct e Wilson Fortes. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à
ORDEM DO DIA.

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 30—73, que aprova Convênio celebrado entre Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Curitiba, visando a implantação da Cidade Industrial de Curitiba. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 38—73.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 76ª Sessão Ordinária
Realizada em 22 de Maio de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Álvaro Dias — Antônio Belinatti — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Netto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Xenofonte Villanova. (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Aguiinaldo Pereira Lima — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — João Fadel — Maurício Fruct e Wilson Fortes. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM N.º 25—74

Curitiba, 13 de maio de 1974.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza a Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, a contrair empréstimos ou financiamentos junto ao Banco Nacional da Habitação — BNH, para obtenção de recursos a serem aplicados em obras de construção ou recuperação de unidades escolares localizadas em diversos Municípios do Estado. Objetiva, ainda, o anexo anteprojeto de lei, autorizar o Poder Executivo a prestar fiança ou aval, na forma que especifica, como garantia aos empréstimos ou financiamentos em questão.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 942—74, de 27 de abril de 1974, do Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, diz, com devido detalhamento, sobre a alta significação, necessidade e oportunidade da medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a firma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **EMÍLIO GOMES**
Governador do Estado...

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica a Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, autorizada a contrair empréstimos perante o Banco Nacional de Habitação — BNH, através do Banco do Estado do Paraná S. A., até o montante de 2.582.945 UPC — Unidade Padrão de Capital do BNH, no valor unitário, nesta data, de Cr\$ 83,73 (oitenta e três cruzeiros e setenta e três centavos), bem como, ao Poder Executivo é facultado prestar aval ou fiança em contratos de empréstimos ou financiamentos contraídos pela FUNDEPAR com o BNH, podendo para tanto, dar em garantia as importâncias que lhe forem atribuídas na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e no Fundo de Participação dos Estados.

§ 1.º No caso de inadimplemento das obrigações financeiras a serem assumidas pela FUNDEPAR, poderá o BNH agir como legítimo mandatário do Estado do Paraná, perante os órgãos ou entidades estaduais, federais e municipais competentes, para o recebimento das supracitadas importâncias.

§ 2.º O recebimento das importâncias que o Banco Nacional da Habitação poderá promover de acordo com este artigo, independentemente de qualquer outra autorização expressa, será feito mediante a simples apresentação aos órgãos competentes dos recibos e/ou faturas, que serão havidos como comprovantes hábeis e suficientes das dívidas líquidas e certas decorrentes dos respectivos empréstimos.

§ 3.º O poderes previstos neste artigo e seus parágrafos só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação, na hipótese do Governo do Estado ou a FUNDEPAR não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional de Habitação.

Art. 2.º Os recursos advindos dos empréstimos ou financiamentos a que alude o artigo anterior, serão aplicados nas obras de construção e/ou recuperação de unidades escolares localizadas em diversos Municípios do Estado do Paraná, através da FUNDEPAR.

Art. 3.º A execução do disposto nos artigos anteriores poderá efetivar-se em uma ou mais operações, e em qualquer data, até que seja atingido o montante fixado no Artigo Primeiro.

Art. 4.º Fica o Poder Executivo, outrossim, autorizado a incluir nas propostas orçamentárias e no respectivo Orçamento Próprio da FUNDEPAR, na rubrica correspondente, as dotações necessárias à cobertura das obrigações financeiras contratualmente assumidas pelo Estado do Paraná e pela FUNDEPAR.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Estado do Paraná
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Gabinete do Secretário
Ofício n.º 942—74

Curitiba, 17 de abril de 1974

Senhor Governador,

Temos a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Banco Nacional da Habitação — BNH, pretende celebrar com o Governo do Estado do Paraná, convênio com vistas a obtenção de financiamento destinado a construção, recuperação e/ou amortização de unidades escolares que beneficiem alunos originários dos conjuntos habitacionais, edificados por Agentes do Sistema Financeiro da Habitação daquele estabelecimento, em 27 Municípios Paranaenses.

O pretendido financiamento, até o montante de 3.582.945 (três milhões, quinhentos e oitenta e dois mil e novecentos e quarenta e cinco) UPC (Unidade Padrão de Capital), representa para este segundo trimestre de 1974 a importância de Cr\$ 299.999.984,85 (duzentos e noventa e nove milhões novecentos e noventa e nove mil novecentos e oitenta e quatro cruzeiros e oitenta e cinco centavos), seria concedida segundo as condições e demais normas reguladoras dos empréstimos do BNH, contando com a intervenção do Banco do Estado do Paraná na qualidade de Agente do Sistema Financeiro da Habitação, ficando a Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, como agente promotor e executor do convênio.

As obrigações do Estado do Paraná e demais condições gerais, encontram-se consubstanciadas na inclusa minuta que a este tomamos a liberdade de anexar para conhecimento de Vossa Excelência.

Vale ressaltar, Senhor Governador, que o Egrégio Conselho Diretor da FUNDEPAR, em Sessão realizada em 17 de abril de 1974 (Parecer n.º 720 — anexo) já concedeu autorização para que a Superintendência daquela Fundação ultime todos os detalhes concernentes a concretização do financiamento em epígrafe.

Nestas condições e ao mesmo tempo em que submetemos o presente a elevada apreciação de Vossa Excelência solicitamos, caso haja concordância com o teor da minuta anexa, seja formalizado, junto ao Banco Nacional da Habitação — BNH o acolhimento das condições estabelecidas.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de estima e consideração.

Cândido Manuel Martins de Oliveira
Secretário da Educação e Cultura
A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 26—74

Curitiba, 13 de maio de 1974.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Santo Antonio do Sudoeste, o lote de terreno sob n.º 4—E, com 1.290,00 m², da quadra 13, da Planta Geral da sede do referido Município, imóvel esse de propriedade do Estado do Paraná (Tribunal de Justiça), conforme Transcrição n.º 4.801, livro 3.B. do Registro de Imóveis da Comarca.

O imóvel cuja autorização para doação é objeto do Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa é aquele em que estava edificado o prédio do antigo Fórum, da Comarca, o qual teve suas instalações inteiramente destruídas por incêndio ocorrido em 1970.

O Senhor Prefeito do Município de Santo Antonio do Sudoeste, no expediente em que pleiteia a doação em questão, esclarece que dito imóvel será destinado à construção de um novo prédio para nele ser instalada a Biblioteca Pública Municipal, fato que, em si mesmo, caracteriza o alto interesse da Administração e da Coletividade em que seja efetivada a medida proposta.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá

ra o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santo Antonio do Sudoeste, o lote de terreno n.º 4-B, da quadra 13 da Planta Geral da cidade de Santo Antonio do Sudoeste, com área total de 1.290,00 metros quadrados, adquirido pelo Estado do Paraná (Tribunal de Justiça), conforme transcrição do Registro de Imóveis n.º de ordem 4.801, às fls. 157 do livro 3/D da Comarca do mesmo nome.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 27-74

Curitiba, 13 de maio de 1974.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que dispõe sobre a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.494, de 3 de dezembro de 1973, destinado ao atendimento de despesas com pessoal temporário regido pela C.L.T. da Secretaria de Viação e Obras Públicas, na forma que especifica.

O crédito especial cuja autorização para abertura constitui objeto do Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis, destina-se, como a própria dotação esclarece, ao pagamento de "Contribuições de Previdência Social" relativas ao pessoal temporário sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 14 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), o anteprojeto prevê, como recurso para cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas, conforme especifica no vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos cruzeiros), destinado a atender despesas com o Pessoal Temporário, regido pela C.L.T., da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas.

UNIDADE: Grupo de Planejamento Setorial

PROGRAMA: Administração

SUB-PROGRAMA: Planejamento e Organização

ATIVIDADE: Planejamento, Programação Orçamentária e Modernização Administrativa.

DOTAÇÃO: 4203.0108.2003

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social Cr\$ 36.500,00

UNIDADE: Diretoria de Administração.

PROGRAMA: Administração

SUBPROGRAMA: Administração.

ATIVIDADE: Coordenação dos Serviços Administrativos

DOTAÇÃO: 4204.0101.2002

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social Cr\$ 24.700,00

TOTAL Cr\$ 61.200,00

Art. 2.º Como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.494, de 3 de dezembro de 1973.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 68-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado Parcialmente o Projeto de Lei n.º:

06-74: Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 110-73, que trata do Estatuto da Polícia Civil do Estado, tendo o veto parcial apostado incidido sobre a segunda expressão "ou", contida no texto do artigo 27, entre as expressões policiamento e posto. — A C.C.J.

Sob os n.ºs 63 e 64-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os projetos de Lei n.ºs:

192-73: Do Senhor Deputado Iris Caldart, o qual visa declarar como de utilidade pública, a Tenda de Umbanda Pai João do Recife, com sede e foro em Curitiba. — A C.C.J.

215-69: Do Senhor Deputado Fuad Nacli, o qual visa criar, sob a forma de Fundação Estadual a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel. — A C.C.J.

Sob o n.º 19-74, do Senhor Florentino Macedo Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, comunicando haver sido aprovado por unanimidade, requerimento de autoria do Edil Senhor Joaquim Andrian, no sentido de que sejam tomadas providências junto à Secretaria da Saúde Pública, para que a mesma interceda as firmas consumidoras de resíduos de açougues e frigoríficos que transportam tais materiais com os carros abertos, deixando exalar mau cheiro, para que o mesmo seja efetuado em carros apropriados. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 48-74, do Senhor Walter Altimiras, Presidente da Câmara Municipal de Cérrro Azul, encaminhando a esta Casa, Requerimento aprovado por aquela Câmara, de autoria do Senhor Adhemar Rosner. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 66-74, do Senhor Assis Gabriel Bandeira, Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense — AMSOP, comunicando haver sido aprovado por unanimidade em Sessão realizada na cidade de Pato Branco, sugestão, apresentada pelo Senhor Antonio de Paiva Cantelmo, Prefeito

daquela cidade, para que se oficiasse a esta Casa, no sentido de ser efetuado estudo e dado como regime de urgência, a liberação de financiamento para o plantio do trigo. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Hélio Manfrinato, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 214-74.

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Resolução n.º 11-74 e de Lei n.ºs 202, 205, 206, 207, 208, 215, 223 e 280 todos de 1973.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, em virtude do infausto passamento do Excelentíssimo Senhor Coronel R-1, Caetano Pinto Rocha, ex-Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, seja consignado na Ata dos trabalhos um voto de pesar desta Casa, requer ainda, seja tal pesar, comunicado à família do ilustre extinto, bem como ao Senhor Comandante da 5.ª Região Militar.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1974.

(a) — Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA:

Tal manifestação é a demonstração da estima que todos dedicávamos ao Senhor Coronel Caetano Pinto Rocha, que dedicou-se totalmente à causa pública, primeiro como Militar exemplar, e depois como Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, cargo ao qual renunciou em virtude do mal que o acometia e que afastou-o de nosso convívio.

Requerimento

Senhor Presidente:

Tendo sido informado pelo Deputado Borsari Neto, de que o mesmo havia apresentado Projeto convertido na Lei 6.266-71, declarando de Utilidade Pública os Serviços de Obras Sociais de Sertãoópolis — S.O.S., requiero a retirada do Projeto de Lei que ontem apresentei, no mesmo sentido.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1974.

(a) — Igo Losso.

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando ser santificado o dia de amanhã, requeremos a suspensão dos trabalhos de Plenário amanhã e depois, devendo no entanto se realizar os trabalhos de Comissões Técnicas.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1974.

(a) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde Pública, no sentido de que aquela autoridade estadual determine as devidas providências através de recursos urgentes, a fim de combater um possível surto de meningite verificado no Município de Santo Antônio da Platina, tranquilizando, assim, a população.

De acordo com o levantamento feito, ocorreram em 1973, 18 casos e em 1974, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, 7 casos, todos fatais.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1974.

(a) — Domício Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado ao Senhor Governador do Estado, expediente nos seguintes termos:

A população rural tem sido a parte mais sacrificada do povo brasileiro. Fomenta o comércio e sustenta a indústria; estimula o desenvolvimento e responde por aproximadamente dois terços da nossa pauta de exportação. Em contra partida, recebe um tratamento injusto por parte do Governo, que se contenta em oferecer modestos estímulos à base de financiamentos insuficientes para impulsionar a produção. A ajuda que oferece de um lado é retirada de outro, em forma de confisco cambial, tributação e infimos preços para comercialização dos produtos. Não existe atividade mais incoerente, injustificada, marginalizada e incerta que a agrícola. O agricultor além de carregar o ônus financeiro vive sob o signo da incerteza, suportando a sobrecarga de todas as calamidades que desabam sobre as lavouras. O amparo sempre vem tarde para evitar os efeitos aos quais a lavoura está exposta. Presentemente o Paraná defronta-se com a crise do soja. Depois de se passar por todas as barreiras, preço escorçante da semente e escassez da mesma, elevado custo da produção, etc., conseguiu-se uma boa safra, cooperação valiosa para que se minore a fome do mundo. Esbarra-se no entanto no preço obstáculo colocado à última hora no caminho do produtor sem contar a falta de armazenagem, para estocagem. E a lavoura necessita urgentemente vender ou armazenar o produto para sacar dinheiro a fim de atender os compromissos de ordem financeira, muitos dos quais já vencidos. Nesse instante está o lavrador desesperado a clamar por ajuda, a pedir socorro, exausto e com pouco ânimo para novo embate. Não se esquece ele da campanha governamental, esparramada por todo o País através dos meios de comunicação: "Plante que o Governo garante". Ele atendeu esse chamamento, plantou e colheu. Espera agora ansiosamente que o Governo ouça a sua voz e cumpra o prometido, garantindo sua subsistência com preços reais e justos. O Governador do Paraná, Estado eminentemente agrícola, tem que ser o porta voz e defensor junto ao Governo Federal, do agricultor paranaense. O Governo não pode mais pousar indiferente ao drama do agricultor. Ele que financia mais recebe o seu dinheiro de volta, acrescidos de juros, participando tão somente dos lucros oriundos da operação financeira e dos benefícios da própria produção. É preciso que participe também dos riscos, dos prejuízos dos dramas da agricultura para que o trabalho seja mais valorizado, para que prevaleça a mentalidade de cooperação, de co-participação, de solidariedade direta, libertando-se o lavrador das agruras financeiras e da sobrecarga que o recruta de sozinho enfrentar, além das dificuldades financeiras, as pragas e fatores climáticos os mais variados. Para que o paranaense da agricultura volte a ter esperanças e possa continuar acreditando nos dirigentes deste Estado e deste País, necessário se torna a pronta intervenção do seu Governador, no sentido de junto às autoridades federais, encontrar a fórmula de corrigir as distorções, impedir aproveitamento dos atravessadores e fazer justiça àqueles que à custa de sacrifícios contribuem decididamente para alimentar a mesa do mundo.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1974.

(a) ALVARO DIAS.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa.

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Paraná, General Mário Carneiro Portes, solicitando-lhe haja por bem informar a esta Assembléia Legislativa quando será dado início às obras de melhoramento e reparos do prédio ocupado pela Delegacia de Polícia de Cêro Azul, Pr.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Silvio Antonio Von Der Osten, Prefeito Municipal de Cêro Azul, Pr.

3.º — seja ainda, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emilio Gomes, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 22 de maio de 1974.

(a) — João Calil Fadel.

JUSTIFICATIVA:

O prédio no qual acha-se instalada, a Delegacia de Polícia de Cêro Azul encontra-se em péssimo estado de conservação, oferecendo quase nenhuma segurança, tanto para os que ali devam permanecer à disposição da Justiça como, também e principalmente, para os que exercem as elevadas funções de responsáveis pela custódia.

Embora a população de Cêro Azul seja pacata e ordeira e não haja na Delegacia de Polícia um movimento intenso de detenções, ainda assim ocorrem frequentemente problemas de ordem pública, rixas, vias de fato e outras pequenas infrações que, não obstante por medida de prevenção, determinam o recolhimento, por horas, dos litigantes. Por isso, deve-se ter presente ao espírito de uma Delegacia de Polícia, uma casa de detenção, não pode ser praticamente deixada ao abandono no que se refere à sua conservação e manutenção sob risco dela deixar de servir à sua finalidade por não ter condições de manter, em segurança, aqueles que deve custodiar para a Justiça.

A Secretaria da Segurança Pública, no orçamento que lhe cabe no presente exercício financeiro, houve por bem incluir rubrica prevendo a realização de obras de melhoramento e reparos no prédio da Delegacia de Polícia de Cêro Azul, realmente deles necessitado dada a precariedade de seu estado. Não obstante, até o presente momento não foram efetivados aqueles trabalhos e a situação agravou-se a tal ponto que o prédio ameaça ruir de uma hora para outra dado o celeramento de sua deterioração.

A comunidade cêro-azulense está justificadamente preocupada com tal situação e já vem de há muito envidando esforços para elidí-la, inclusive colaborando espontaneamente com a Prefeitura Municipal para concretização de reparos mais urgentes e inadivéis no prédio. Mas, tudo isto é paliativo e enquanto a Secretaria da Segurança Pública não determinar a realização de uma reforma geral no prédio, inclusive reconstrução de algumas paredes internas, instalação de água e esgoto nas celas e nas dependências utilizadas pelas autoridades policiais, tudo continuará em lastimável estado, projetando uma imagem de desleixo do Governo do Estado para com o setor da segurança, tanto mais grave por não ser verdadeira e não representar a real preocupação de nossas autoridades em dar as melhores condições de trabalho para aqueles sobre cujos ombros recai a responsabilidade da segurança pública.

Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade deste Requerimento e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI

LEI N.º 434

A Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná decretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Artigo 1.º — É considerado de Utilidade Pública o Orfanato Nossa Senhora Aparecida de Paranavaí.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 19 de junho de 1967.

JOSE VAZ DE CARVALHO — Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PARANAVAI

ATESTADO

ATESTO, por ser do meu conhecimento e para os devidos fins, que o Educandário São José, único com esta denominação existente na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, funciona regularmente há mais de seis anos atendendo às finalidades para que foi criado, não distribuindo lucros, dividendo bonificações ou vantagens a seus associados, dirigentes, benfeitores ou mantenedores, não remunerando sua diretoria, no todo ou em parte nem remetendo dinheiro para fora do País, aplica a totalidade de suas rendas em aumento de seus benefícios ou em inversão patrimonial e os saldos porventura existentes no final de cada exercício são aplicados na melhoria de seus atendimentos, sendo sua atual Diretoria assim constituída:

Diretora: Irmã M. Madalena Tada

Secretária: Irmã M. Terezinha Fernandes dos Santos

Tesoureira: Irmã M. Célia Dalazoana

Conselheiras: Irmã M. Regina da Silva e Irmã M. Laura Gomes

Paranavaí, 03 de outubro de 1973.

BENEDITO FINTO DIAS — Prefeito Municipal

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

Ao Projeto de Lei n.º 240-73

1 — O ilustre Deputado Basílio Zanusso, com o presente plano de lei, visa declarar de utilidade pública o Educandário São José, com sede e foro na cidade de Paranavaí.

2 — O Educandário São José, nos termos da legislação aplicável, como personalidade jurídica, de fins não lucrativos, tem como objetivos contidos no seu Estatuto: a assistência em geral e de modo especial, às orfãs e abandonadas, garantindo-lhes um futuro sólido e digno na sociedade.

3 — Entendemos que o projeto encontra amparo legal e constitucional, não conflitante com a legislação que regula a matéria, daí nosso parecer Favorável à presente proposição que ora examinamos nesta oportunidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de 11 de 1973.

as. ilegível — Presidente

NELSON BUFFARA — Relator

(Ass. ilegíveis)

Comissão de Finanças

PARECER

Ao Projeto de Lei n.º 140-73

1 — Com o presente plano de lei, visa o nobre Deputado Basílio Zanusso,

declarar de utilidade pública o "Educandário São José", com sede e foro na cidade de Paranavaí.

2 — A matéria que ora examinamos já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe examinarmos nesta Comissão de Finanças, não vemos razão de deixar de acolher a presente proposição.

4 — Pelo exposto nosso parecer é pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de 11 de 1973.

as. ilegível — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

(Ass. ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando sejam tomadas providências, pela Douta Comissão Executiva, no sentido de serem editados os Anais desta Casa referentes aos anos de 1972 e 1973. A Consideração da Comissão Executiva.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, visando medidas urgentes, no sentido de determinar o retorno a Escola Agrícola de Rio Negro, da máquina colhedeira que foi transferida para a Escola similar existente no Município de Clevelândia. — Em discussão.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — O Requerimento está com sua discussão transferida para o final da Ordem do Dia da Sessão seguinte.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, consubstanciado em apelo, no sentido da criação de uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Piraquara. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 60.º aniversário de organização da 1.ª Igreja Batista de Curitiba. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações aos srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, pela realização, da concorrência para a Execução do Asfalto do trecho denominado "Passa-Sete" no Município de Morretes. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Superintendente da Administração de Recursos Hídricos do Estado, a fim de que haja por bem informar o estágio dos estudos que ali estão sendo realizados com vistas à implantação da Rede de Esgotos na cidade de Guaratuba. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Lopes Júnior, constante do Expediente, sejam encaminhados expedientes aos srs. Secretário do Interior e Justiça, à Junta Comercial do Estado e ao Prof. Rubens Requião, membro da Comissão, consubstanciado em sugestão no sentido de que sejam, quando da transformação em autarquia criadas Delegacias da Junta, nas cidades de Maringá, Londrina, Jacarezinho; Ponta Grossa; Guarapuava; Cascavel e Pato Branco. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela tomada de posse do eminente paranaense General Arnaldo Luiz Calderari no cargo de Secretário Geral do Ministério do Exército. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Para falar em explicação pessoal, concedo a palavra ao sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos a Tribuna hoje, para requerer um voto de pesar porque entendemos que o Paraná está enlutado uma vez que perde a figura de um advogado, a figura de um grande esportista, a figura de um homem que batalhou muito para ver crescer o turismo em nosso Estado.

Falamos do Dr. Luiz Renato Mocelin, meu colega de turma, pois nos formamos em 1952 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Esse jovem, porque ele morre na flor da idade, desaparece aos 42 anos lutando tenazmente contra pertinaz enfermidade. Depois de procurar recurso no exterior falece em Boston e seu corpo nos é devolvido para que hoje seja sepultado em Curitiba.

Daí porque, Srs. Deputados, o nosso voto contristado de profundo pesar que queremos que esta Casa faça consignar e que também de conhecimento à família enlutada do pesar que vai pelo Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quarta-feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 5-74, 26-74 e 29-74.

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 240-73.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 11-74.

Levanta-se a Sessão.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

4.ª Sessão Legislativa — 7.ª Legislatura

ATA da 2.ª Sessão Ordinária

Aos vinte e um dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e quatro, às quinze horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor Deputado Francisco Borsari Neto, presentes os senhores membros daquela comissão, Lázaro Dumont, Francisco Escorsin, Leopoldo Jacomel e Antonio Belinati, havendo número legal o senhor presidente declarou abertos os trabalhos passando-se de imediato à ORDEM DO DIA: — PROJETO DE LEI N.º 234-73 — de autoria do senhor deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada da Pr. 25, que liga a sede do Município de Tijucas do Sul e Morro do Tigre relator o senhor Deputado Francisco Escorsin, que ofereceu parecer favorável, o qual foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo senhor presidente assinada, bem como por mim secretário.

as) FRANCISCO BORSARI NETO — Presidente

Roberto Diniz Satyro — Secretário